

Ministério da Cultura: entre o carisma e a coalizão

*João Domingues** e *Guilherme Lopes***

Resumo

O artigo dedica-se a ensaiar qual o papel da articulação político-partidária dentro das características do processo de coalizão do Executivo e Legislativo nacional no âmbito do Ministério da Cultura do Brasil. Para tal, procura-se estabelecer como recorte temporal a transição entre os processos administrativos de 2002 a 2014, a fim de perceber quais características gerais de conexão e desconexão ao conjunto geral da coalizão executivo-legislativo.

Palavras-chave: políticas culturais; presidencialismo de coalizão; carisma; Ministério da Cultura

Abstract

The article is dedicated to rehearse what role the political and party articulation have within the characteristics of national Executive and

* Doutor em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor Adjunto I do curso de Graduação em Produção Cultural e do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: joaolpdomingues@gmail.com.

** Graduado em Produção Cultural, pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Trabalha na gestão da Rede Carioca de Pontos de Cultura, na Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro. Foi bolsista de Iniciação Científica na Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB/MinC). Email: guilhermelopes@id.uff.br.

Legislative coalition process under the Brazil's Ministry of Culture. To do this, it seeks to establish as time frame the transition between the administrative proceedings 2002-2014, in order to perceive the general characteristics of connection and disconnection to the general set of executive-legislative coalition

Keywords: cultural policies; coalition presidentialism; charisma; Ministry of Culture.

1. Introdução

Já é conhecido, em face das relações entre Estado e sociedade no Brasil e do papel central do ente estatal nas políticas culturais, o grande número de investigações científicas que procuram interpelar dimensões das políticas culturais sob a ótica da trajetória do Ministério da Cultura (MinC), este, por razão óbvia, caso exemplar desta dimensão investigativa.

Ainda que o campo político-cultural não se restrinja à circunscrição dos limites de atuação do Estado brasileiro (BARBALHO, 2009; DOMINGUES, 2013), faz-se evidente que a natureza de sua ação é essencial para se construir um número suficientemente extenso de mediações com as quais o binômio cultura e poder se desenrola no interior das relações sociais e políticas.

Acerca disto, é importante reivindicar a ampliação das leituras sobre a relação entre Estado e sociedade, a fim de sistematizar um universo mais amplo de indagações sobre os limites de atuação do próprio MinC. Em especial, interessa aqui perceber como certas dimensões institucionais produzidas em rotinas externas ao Ministério definem linhas de sua estabilidade política, e quais possíveis correlações sociais constroem os limites de sua legitimidade.

Em sendo, o objetivo deste trabalho é refletir sobre como as coalizões partidárias que sustentam a relação Executivo-Legislativo no Brasil Pós-Constituinte de 1988 são incorporadas no cenário de distinções e continuidades de projetos na gestão do MinC, tendo como perspectiva temporal a passagem do governo Lula ao governo Dilma. Este universo de relações entre legisladores e Executivo vem sendo o sustentáculo das distribuições das pastas ministeriais da novíssima República, em especial dos anos 1990 em diante. O que questionará aqui é o quanto o Ministério da Cultura enquadra-se neste tratamento.

Como esforço de síntese para a apresentação da questão geral a problematizar, apresenta-se aqui que o cenário da condução do Ministério entre 2003 e 2010, período em que o Brasil fora governado por Luiz Inácio Lula da Silva, foi atravessada por uma quebra no padrão das relações entre Executivo e Legislativo, o que em nossa visão motivou um *modus operandi* de gestão do Ministério menos propensa à submissão partidária, embora sustentada pela noção carismática de poder e alinhada à retórica redistributiva em voga à época. Quando na passagem para o governo de Dilma Rousseff, este vínculo de sustentação do Executivo nacional foi realinhado pelas forças de coalizão em um curto momento, reposicionando grupos partidários no *front* de decisões da agenda política, o que contribuiu para precipitar votações de projetos de lei emperrados na agenda do Legislativo. De maneira análoga à anterior, o registro do desenvolvimento em progressão no governo Dilma também encontrou eco no MinC, desta vez de maneira mais refinada, ao incorporar a noção de *economia criativa* ao seu modelo de gerenciamento. O que se espera demonstrar na parte final é que este cenário de continuidades e descontinuidades renova-se já no início da gestão de Juca Ferreira, em 2015.

2. A tese de fundo: *presidencialismo de coalizão*

A quebra de padrão de relações aplicada ao MinC sobre a qual apresentamos tem como fonte basilar a noção de *presidencialismo de coalizão*, trabalhada por Figueiredo e Limongi (1999) em relação à transição ao processo democrático de meados da década de 1980 e às bases constitucionais de 1946, outrora carta máxima do período pré-ditatorial.

No âmbito da Constituinte de 1988 e, posteriormente, ressaltada pelo referendo de 1993¹, o presidencialismo fora conduzido como

fonte fulcral do sistema político brasileiro em detrimento das outras opções de governo. De maneira correlata, a legislação eleitoral não sofreria grandes alterações, prevalecendo a lista aberta e a proporcionalidade como princípio de transformação de votos em cadeiras legislativas (FIGUEIREDO & LIMONGI, op.cit).

Os autores apresentam uma síntese das preocupações e leituras sob os quais o campo da ciência política havia se dedicado com vistas à amenização dos possíveis conflitos institucionais derivados do tipo de organização da poliarquia no Brasil. No caso em questão, o que se compunha como premissa é que na separação dos poderes em governos presidencialistas com composição pluripartidária, os parlamentares tenderiam a um comportamento irresponsável e individualista, dado que sua legislatura e a reprodução de seus vínculos com os eleitores independia diretamente da presidência da República. De igual maneira, o Executivo tenderia a baixo exercício de cooperação com o Congresso, em face da razão majoritária e popular de seu mandato. Nesta leitura, a perspectiva seria a de governos presidencialistas que tenderiam à paralisia, com baixo apoio político dos congressistas (FIGUEIREDO & LIMONGI, op.cit).

O que os autores chamam atenção é que na contramão das análises que pressupunham a inércia do funcionamento do sistema político brasileiro, as relações entre Executivo e Legislativo construíram-se no Brasil com ampla imiscuidade.

Se, “deverse-ia esperar um sistema com fortes tendências à inoperância, quando não à paralisia; um sistema político em que um presidente impotente e fraco se contrapor a um Legislativo povoado por uma miríade de partidos carentes de disciplina” (FIGUEIREDO & LIMONGI, 1998: p.82), o quadro destas relações acabaram por produzir um Executivo com grande influência legislativa e capacidade de proposição na agenda política, e partidos políticos com alto grau de disciplina interna.

São três os pontos principais sob os quais os autores se apoiam para esta afirmar que as relações entre Executivo e Legislativo no Brasil se fazem em mútua dependência. O primeiro deles é a renovação nos regimentos internos das casas legislativas que amplia os recursos à disposição das lideranças partidárias no comando de suas bancadas. Este padrão centralizado de produção legislativa, em que pese conceda imenso poder aos líderes de partido, traduziu-se em forma orgânica de condução à disciplina partidária. Este não faz desaparecer o caráter individualista dos mandatos legislativos, mas o coloca em controle ante a decisão da agenda do Congresso.

O segundo ponto destacado é baseado na prerrogativa do Congresso em propor emendas ao orçamento da União. Como tal, reforça-se que o comportamento individualista dos congressistas com vistas à garantia de sua reeleição é baseado em um complexo arranjo entre os legisladores e Executivo. De forma a localizar a dotação de recursos orçamentários aos redutos de apoio eleitoral através das emendas individuais, os legisladores adotam posturas de submissão aos acordos com a “base do Governo”, como forma de produção de retorno eleitoral (FIGUEIREDO & LIMONGI, 1999).

O terceiro ponto diz respeito à manutenção dos instrumentos introduzidos pelas constituições do período ditatorial, em especial à adoção de medidas provisórias, “com vistas a garantir a preponderância legislativa do Executivo e maior presteza à consideração de suas propostas legislativas” (FIGUEIREDO & LIMONGI, 1998: p.82). Portanto, em contraponto à legislação de 1946, os poderes legislativos da presidência da República foram significativamente ampliados, embora dependentes da composição de maioria no Congresso.

É este núcleo de relações que produzirá o padrão de distribuição das pastas ministeriais aos partidos tendo como princípio a obtenção de maiorias partidárias no Congresso (ABRANCHES, 1988; AMORIM NETO, 1995; FIGUEIREDO & LIMONGI, 1999). A fim

de garantir a aprovação das medidas provisórias, o Executivo constrói um processo de coalizão majoritário entre legisladores, cedendo em apoio orçamentário, e especialmente na viabilização dos ministérios aos partidos de sua maioria na Câmara. Este vínculo mostra-se essencial para construir relações de fidelidade entre os partidos da base, tendo como principado que o “Executivo distribui as pastas ministeriais com o objetivo de obter apoio dos legisladores. Partidos que recebem pastas são membros do governo e devem comportar-se como tal no Congresso” (FIGUEIREDO & LIMONGI, 1999: 13).

De maneira geral, esta tendência se mostrará solidificada entre as distribuições de pastas ministeriais da década de 1990 em diante. Este corte no tempo é central para a análise, visto que desde 1985, ano que recupera a dimensão da redemocratização política da República no Brasil, até 1994, ano em que se inicia o governo de Fernando Henrique Cardoso, o Estado fora administrado sob alto índice de instabilidade. De certa maneira, esta instabilidade é também recorrente no próprio Ministério da Cultura (RUBIM, 2012) até o ingresso de Francisco Weffort no período FHC².

Cabe ressaltar que a trajetória política do ex-Ministro Weffort é significativa para sinalizar como a relação entre estabilidade política e coalizão majoritária é *sui generis* quando interpelados no âmbito do Ministério da Cultura, em medida ainda misturada às convenções pessoais³. Outrora dirigente do Partido dos Trabalhadores (PT), Weffort ingressa no Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) após a vitória de Fernando Henrique nas eleições presidenciais de 1993. Expõe para a discussão, portanto, que na ausência de discussões internas no partido sobre a temática, impõe-se a medida da migração de quadros intelectuais, cuja adesão se faz muitas vezes por vínculos de personalidade, para que não seja necessário negociar a estabilidade da coalizão.

3. As descontinuidades

Tomando o *presidencialismo de coalizão* como ponto de partida para a análise, reivindica-se aqui que no âmbito do Ministério da Cultura entre os anos de 2003 e 2010 o padrão de distribuição ministerial com vistas à garantia legislativa do Executivo sofreu uma interrupção mais brusca em sua trajetória. E este ponto de inflexão gerou uma série de determinações para a continuidade da vida institucional do MinC em sua posteridade, que parece hoje combinar de forma sutil e singular vínculos entre o carisma e a reprodução partidária.

Para ilustrar este aspecto, faz-se o esforço de recuperar o panorama da transição ao governo Lula no âmbito da cultura. Como já sabido, os recursos para a cultura no ano de 2002 da gestão de Weffort haviam declinado em quase 20% em relação a 1995 (BARBOSA DA SILVA, 2007A, 2007B). Fora a criação da Agência Nacional do Cinema – vinculada ao MinC apenas em 2003 – e a recém implementada política de patrimônio imaterial, era latente a estagnação do mercado cultural e ampla a insatisfação dos agentes do setor.

Embora a cultura não tenha sido uma pauta nos debates para a disputa presidencial em 2002, o Partido dos Trabalhadores organiza um importante documento, *A imaginação a serviço do Brasil*, seu programa de políticas públicas de cultura. Expressando seu caráter de descontinuidade ao modelo de Weffort para a cultura, o programa pensado pelo PT reconhece as limitações das políticas culturais do governo Fernando Henrique Cardoso e abrange propostas de políticas públicas orientadas à inclusão social e o acesso “dos mais pobres e fragilizados à esfera pública”; ampliação dos mecanismos de fomento; a regionalização das políticas públicas de cultura e a reorganização do planejamento cultural, pela implantação de um Sistema Nacional de Política Cultural; e a adoção de mecanismos de partici-

pação popular para o controle social das políticas (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2002).

Embora pese o esforço da sinalização de um plano deste porte, é essencial ressaltar que no plano político, a pasta da Cultura é ainda de pouca pertinência. Por seu baixíssimo orçamento e visibilidade e pouca tradição de discussão nas instituições e partidos políticos, a cultura escapa das maiores disputas da coalizão por sua administração. Mas para a discussão, é essencial situar que o Partido dos Trabalhadores mostra alta interlocução com o campo cultural quando comparado aos outros partidos políticos, tendo produzindo documentos programáticos ou relatórios de gestão desde a década de 1980 (CHAUI ET AL, 1984).

Fundamentados por um amplo programa de cultura construído para as disputas presidenciais, contendo em suas fileiras expoentes do campo cultural e proximidades com artistas populares, e marcados pela herança de discussão do próprio partido sobre a temática, seria razoável esperar que os quadros do Partido dos Trabalhadores assumissem a função de liderança no processo de gestão do Ministério da Cultura.

Mas como conhecido, a chefia do MinC fora designada à Gilberto Gil. Músico popular, filiado ao Partido Verde (PV), Gil já havia presidido a Fundação Gregório de Matos, órgão de cultura do município de Salvador, entre 1987 e 1988, tendo sido vereador, a partir de 1989, também da capital baiana. No governo de coalizão promovido pelo Partido dos Trabalhadores coube, portanto, ao PV ocupar seu espaço.

Dentro do universo político, o PV mostrava-se um partido que ocupa um espaço muito particular, compondo projetos tanto com partidos identificados à direita, como no caso do Democratas, então Partido da Frente Liberal (PFL), na prefeitura do Rio de Janeiro até 2008, quanto com a esquerda, com suas até então rotineiras alianças com o PT em plano nacional. Tendo como bandeira o desenvolvi-

mento sustentável e a “causa verde”, cujas bases de apoio encontram respaldo em diversas esferas sociais, o comportamento do PV é de pouca organicidade, tendo em seus quadros figuras que podem fluir em projetos políticos muito distintos⁴.

Este caráter disjuncto do partido e o número ínfimo de cadeiras conquistadas para o Parlamento em 2003, compõem um quadro genético de nublamento das correlações para o presidencialismo de coalizão. Isto explica, em parte, tanto a escolha quanto a polêmica do nome de Gilberto Gil para chefiar o Ministério da Cultura após a vitória eleitoral de Lula. Coube a alguns quadros ligados ao PT reivindicar que a chefia do MinC mostrasse-se coerente à trajetória do partido⁵. Indica-se desde seu nascedouro que a gestão de Gilberto Gil fora considerada apócrifa em relação ao Partido dos Trabalhadores. Dessa maneira, a chegada de Gilberto Gil ao Ministério deveu-se menos à necessidade de afirmação da coalizão – embora este seja um dado essencial – e mais à aposta pessoal do Presidente da República⁶.

Emana, portanto, que o processo apreende um determinado déficit sociológico na natureza aparentemente perene do presidencialismo de coalizão, em que pese quando incorporado sem mediações ao Ministério da Cultura. Como tal, neste primeiro momento, cabe reivindicar que o ponto de partida da renovação do MinC em 2003 não surge a despeito da coalizão majoritária, mas fundir-se-ia sob a égide da construção e conservação antiautoritária do carisma no campo político e das noções de liderança em sistemas de dominação legítima tal como apresentado na literatura weberiana (WEBER, 1994).

O ponto de partida desta análise remonta à operação de inversão que se deu na obra de Weber e que permitiu a associação entre democracia plebiscitária e carisma⁷ (SELL, 2010). Enquanto a forma autoritária de dominação carismática pressupunha a adesão dos dominados às virtudes imanentes de seu líder, na forma antiautoritária de carisma é o fundamento do reconhecimento dos dominados que

confere legitimidade à dominação, “condicionado por ratificação”, “a partir da confiança (formal e ficticiamente) livre dos dominados”. (WEBER, 1994: 176).

Esta forma que combina dominação legal e carismática não prescinde da análise sociológica concreta das relações entre estado democrático e sociedade, mas ao contrário, só pode apoiar-se nela para constituir-se (SELL, 2013). Assumindo a bilateralidade da dimensão carismática – denso jogo entre lideranças e liderados – o caráter histórico que subjaz à percepção de crise, estagnação econômica, e a esperança de sua superação que conduziu o debate eleitoral do período é um dos condicionantes sob os quais o carisma pôde ser conduzido ao núcleo desta análise. Combina-se também a maneira nada sutil na formação do *locus* da coalizão, desmembrada em partidos políticos que operam em polos à esquerda e à direita. Como tal, de antemão, a centralidade do carisma da liderança de Lula combina-se ao agregamento de discursos que compuseram um amplo pacto de classes em direção de um alinhamento eleitoral (SINGER, 2012).

De maneira geral, reivindica-se aqui um duplo exposto do carisma plebiscitário a ensaiar: a vontade pessoal do líder carismático – em tipificação ideal – acolhido por sufrágio é o que, de início, superaria a dureza do presidencialismo de coalizão e a tradição de seu próprio partido nas discussões sobre o tema da cultura, afinal é na autoridade do líder carismático escolhido que se propaga a fonte de controle do quadro burocrático do Estado. Em alguma medida esta é facilitada pelo já citado baixo grau de importância da pasta no jogo distributivo dos ministérios, tendência que facilita a aposta no nome de figura pública reconhecida pelo caráter de sua obra artística (componente de amplo capital cultural, como determinante simbólico no domínio do campo político-cultural).

O desdobramento da ruptura da perenidade da coalizão, correlato do carisma como novidade da institucionalização que suspendeu

as estruturas organizacionais até então vigentes, reforçará posteriormente no imaginário dos agentes culturais a natureza autônoma da gestão do MinC do período Gil, também reforçada pelo carisma do então ministro⁸.

O comportamento do ministro no exercício de sua função, frequentemente buscando diálogo com os setores culturais, a determinação normativa do conjunto de políticas (que se apoiaria em grande parte no espectro do reconhecimento político e na extensão dos usuários de políticas públicas), a promoção de mudanças institucionais e a formulação de programas que minimamente impactaram a produção cultural popular (como no caso da criação da Secretaria da Identidade e Diversidade Cultural e da Secretaria da Cidadania Cultural), condensaram durante a trajetória de Gilberto Gil o manifesto apoio de vários setores da cultura no decorrer do trabalho.

Em alguma medida a trajetória aponta para um determinado ato de refundação do ministério no campo institucional, certa onda de legitimidade que ordena a reprodução dos administradores do MinC no complexo jogo político da coalizão. Mas o campo político é fortemente hermético (BOURDIEU, 2005), centralmente conduzido pelos partidos nas disputas de reprodução do campo e apenas certos *habitus* de renovação e diversas somas carismáticas poderiam manter a autonomia relativa à coalizão.

Para fazer-se um projeto com ampla legitimidade com vistas a autonomia da coalizão nestas características do campo político, os gestores do MinC no período conseguiram unir duas condições. A primeira delas é a incrível capacidade de criação de gramáticas-síntese dos trabalhos de sua gestão e de sua dispersão entre os agentes (co-gestão, participação, política de editais, autonomia, entre outras, foram amplamente incorporadas nas falas dos agentes culturais). Esta dimensão de construção discursiva pode ao mesmo tempo antepor-se – até mesmo traduzir – certos anseios coletivos e individuais, in-

clusive entre o corpo de intelectuais especialistas, sendo um arsenal de categorias capaz de conexão e de construção de pautas. De certa forma, correlato ao papel desempenhado pelo governo Lula, o MinC contrai para si várias das disputas dos agentes sociais no âmbito da relação cultura-desenvolvimento.

A segunda condição é a correlação entre as dimensões gramaticais propostas e a dimensão política geral do período. O salto que se dá é em direção ao desenvolvimentismo do período lulista. A base está consagrada na capacidade de articulação com os programas de transferência de renda, a despeito das desconstruções estruturais de mecanismos de produção da desigualdade; como tal, correlato ao processo constituído pela aliança entre setores médios, empresariado e camadas subalternas.

Não escapa, portanto, a uma outra dimensão exposta na obra weberiana, onde os vínculos da dominação carismática e os mecanismos objetivos e discursivos de promoção do bem-estar material dos dominados mostram-se amplamente articulados (SELL, 2010). Em alguma medida a síntese deste processo está operacionalizada no programa mais referenciado desta fase administrativa, o *Cultura Viva*. Acordado ao aparato redistributivo como marca do período Lula, o programa reivindica a ampliação do número de destinatários dos fundos públicos para a produção da cultura. Esta síntese é tamanho poderosa que consegue reunir as características da autonomia da gestão à dureza do trajeto burocrático do campo político, sem os rompimentos com as estruturas majoritárias do financiamento à cultura com base nas leis de renúncia fiscal (DOMINGUES, 2010). Empresta a correspondência do carisma ao grupo ministerial, em especial ao seu criador, Célio Turino, e constrói as posses de atributos dos demandantes nas escolhas do próprio Ministério.

Aqui cabe um comentário de realce. O carisma teve também uma função essencial no período lulista, a capacidade incrível de no de-

curso do projeto reivindicar que este se mostre como inteiramente novidadeiro. Deforma, portanto, certas contradições em operação, e várias conexões sistemáticas de permanência com seus projetos anteriores. A forma como faz-se querer crer que o governo Lula representa uma ruptura radical com seus antecessores é ancorada nessa relação carismática e largamente reproduzida pelos intelectuais desta gestão do ministério⁹. Portanto, o que se mostra necessário ao conjunto de investigações do período que propomos, é posicionar com mais ênfase analítica qual o lugar do desenvolvimentismo – aparente ruptura com o neoliberalismo de FHC – nas relações entre políticas culturais e o projeto do país, para além de apenas reproduzir sua descontinuidade como mantra. No caso do planejamento da cultura reconhece-se que este quadro é mais crível, embora as transformações tenham-se dado na correlação das marcas redistributivas como *démarche* do período.

Implica afirmar que o vínculo carismático em questão não é simples manejo de despolitização, nem se faz sobre atuação extrema de subjetivismos ou da passividade dos destinatários das políticas. A performance do carisma e sua objetivação enquanto ato político está, portanto, vinculada ao conjunto de tomadas de posições de mandatários coincidentes às expectativas dos mandantes (BOURDIEU, OP. CIT). O carisma performado em discursos, inquietações, programas e ações seria vitorioso na medida em que alinhasse sentidos mediatos de representação.

De tal forma que o desdobramento deste processo é uma certa mímese em diferentes escalas das memórias políticas das duas principais figuras. Enquanto Lula representa um estatuto mítico religioso entre as classes populares no Brasil, o ex-Ministro Gil é seu rebatimento em menor escala para os agentes populares que militam explicitamente no campo cultural, cada qual com sua trajetória e forma de mediação dos interesses dispersos nos campos de sua atuação. O

caráter emocional outrora aplicado às dimensões irracionais da dominação autoritária carismática serão reinterpretados por Weber na democracia plebiscitária. O signo emocional é ainda uma constante na entrega e confiança dos dominados à liderança, mas não sobreviveria em si na ausência de certos mecanismos concretos do exercício da política. A crença que mobiliza o *status* de autonomia em relação ao jogo político se construiria pela força da objetivação, dialeticamente consolidadas.

O processo mostrou-se tamanha forma articulado em sua bilateralidade do carisma que em certo momento desconectou-se ao presidencialismo de coalizão. Mesmo após o PV abandonar a base do governo em 2005, e formado um bloco de oposição com o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido Popular Socialista (PPS), Gilberto Gil permaneceu à frente da pasta da Cultura. Seria impensável, nesta conjuntura política, que um governo de coalizão pudesse manter em seus quadros ministeriais um gestor oriundo de um bloco de oposição com perspectivas de candidatura à presidência.

É evidente que a escolha de um artista reconhecido no Brasil, e do porte de Gilberto Gil, se pretendeu a recolher ganhos simbólicos para a gestão do Ministério e para a coalizão proposta por Lula. Em larga medida, houve um descolamento destes intelectuais das estruturas do sistema político, embora seja a perspectiva de um governo de coalizão que tenha permitido sua chegada ao Estado. Versara, portanto, a força da memória da trajetória como vínculo estreito deste descolamento.

Mas o processo não se realiza como um projeto arbitrário, mas está de acordo com a tradição da formulação das políticas culturais no Brasil, onde a centralidade do intelectual é sua regra, e se expõe essencialmente sob quatro motivos: i) no baixo orçamento do Ministério da Cultura, o que o torna pouco atrativo à barganha política própria do modelo do sistema político brasileiro de formação de go-

vernos de coalizão apresentado por Figueiredo e Limongi (1999); ii) nos baixos índices de desenvolvimento da economia da cultura e na diminuição do investimento privado; iii) na incapacidade dos partidos políticos de se apresentarem como mediadores para propostas concretas para um projeto político-cultural alternativo ao hegemônico; iv) na debilidade política das outras instâncias da sociedade civil, anestesiadas politicamente pelo predomínio de 20 anos de leis de renúncia fiscal, na promoção de um amplo debate público sobre um projeto nacional para as políticas culturais.

Por força da regra de verticalização das coligações¹⁰, o PV não apoiou oficialmente nenhum candidato nas eleições de 2006, embora indicasse apoio à Cristovam Buarque, do Partido Democrático Trabalhista (PDT). O então ministro Gil mostrou-se empenhado na reeleição de Lula. Após as eleições, o PV reingressa à coalizão agora com 13 (treze) cadeiras no Parlamento, e Gilberto Gil é reconduzido ao Ministério.

Após o desligamento de Gilberto Gil do Ministério, em 2008, assumia o antigo Secretário-executivo da pasta, Juca Ferreira. Fundador do PV e ex-vereador em Salvador pelo partido, Juca fora reconhecido entre os agentes culturais como um dos principais articuladores da gestão. De certa forma, sua capacidade de reflexão técnica mostrou-se somada ao vínculo carismático de Gil, sendo uma potência incrível para a legitimidade de seu trabalho.

Mas neste momento a coalizão realinha-se com vistas ao processo de sucessão à Lula, onde trava-se certos aspectos objetivos no exercício do carisma plebiscitário. O PV decide lançar candidatura própria à Presidência da República, tendo Marina Silva como cabeça de chapa. Neste momento, Juca licencia-se do Partido, apoiando a candidatura do Dilma Rousseff, do PT, e ex-Ministra da Casa Civil do período Lula.

Ao cabo da vitória de Dilma, iniciam-se as tratativas para a composição ministerial. Um amplo movimento de agentes culturais reivindica a permanência de Juca Ferreira na pasta. Como sentença aplicada da analogia religiosa, o receio da perda em vida constrói a expectativa da permanência destes administrados na gestão. Sujeito e projeto confundem-se, como se o segundo só fosse possível na presença do primeiro.

4. Governo Dilma: o duro arquétipo da coalizão

É conhecido que a escolha da nova Presidenta deu-se em outro sentido. A chegada de Ana de Hollanda é a síntese de um remanejamento das condições institucionais no Ministério, que já não contaria com a intensa soma de carismas – intransferíveis – entre ministros e presidente. Esta nova fase anunciava-se desde o discurso de posse da então Ministra como um desvio à anterior, citando a Presidenta Dilma; “continuar não é repetir”¹¹.

Simbólica a atitude, de janeiro de 2011, da retirada do selo *Creative Commons*¹² do sítio eletrônico do Ministério. Se entre 2006 e 2010, a temática dos direitos dos autores foi um dos focos de investigação do MinC, tendo sido objeto de modernização a partir de anteprojeto de lei, a gestão de Ana procuraria afastar-se dos modelos mais afeitos à liberdade de compartilhamento de conteúdo, gerando imensa insatisfação entre os apoiadores da gestão Gil/Juca. Desatando o complexo jogo de acomodação de interesses construído no período lulista, em especial àqueles notadamente reconhecidos como faces alternativas ao modelo econômico padrão de desenvolvimento na cultura veriam-se claramente desprestigiados durante os primeiros anos de Dilma Rousseff. Por óbvio o apelo carismático de Lula e Gil emprestava certa tranquilidade à capacidade de contração de discursos, característica já não presente no período Dilma/Ana¹³.

Tal como a correlação entre o desenvolvimentismo lulista, o apelo carismático, e as realizações do MinC, a gestão Ana de Hollanda procurou conduzir suas realizações sob as dimensões requeridas na figura da presidenta. Desde as primeiras entrevistas, a ministra chamava atenção da centralidade da pasta da cultura nas realizações da segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)¹⁴. O PAC havia sido altamente lembrado em campanha à presidência como uma realização *peçoal* de Dilma. Novamente, traço até então comum, sujeito e projeto misturavam-se.

Como tal, a face do desenvolvimentismo seria renovada neste momento da gestão. Ana de Hollanda promoveu desde logo algumas mudanças e novidades institucionais. A primeira foi o anúncio no início de 2011 da incorporação da Secretaria de Identidade e Diversidade (SID) na Secretaria de Cidadania Cultural (SCC), dando origem à Secretaria da Cidadania e Diversidade Cultural (SCDC). A SID funcionara como um amplo repositório de editais dedicados a políticas de fomento e premiação a segmentos culturais com baixa capacidade de disputa nas leis de incentivo, por suas características identitárias de organização e acesso às políticas públicas de cultura, e ao Estado de maneira geral (CORREIA, 2013). A atividade prioritária da SCC era a gestão do Programa Cultura Viva. Como tal, vê-se que no âmbito institucional, a condução de Ana de Hollanda desprestigiara certos grupos reconhecidos pela gestão anterior. No caso do Cultura Viva, a marca síntese da gestão Gil/Juca, foram várias as críticas dos setores culturais quanto à paralisação dos repasses do Programa e ao redesenho proposto pela SCC. De certa forma, o vínculo construído entre Ministério e agentes culturais compreendidos de forma simplificada como “sociedade civil” veria-se quebrado já no início da gestão.

O espaço outrora conquistado no auxílio à formulação e implementação de programas por estes agentes viu-se reduzido. Como tal,

cabe reconhecer que outros agentes sociais, com outras capacidades de interlocução e contração de capitais, viram-se conduzidos à centralidade das políticas do MinC. O aspecto de interiorização institucional das disputas entre os atores vê-se fragilizado neste primeiro momento.

Este dado é possível de ser mapeado na introdução da segunda, e mais impactante, novidade institucional do período, com a criação da Secretaria da Economia Criativa (SEC), sob chefia da ex-Secretaria de Cultura do Ceará, Cláudia Leitão. Para nossa discussão, a economia criativa torna-se uma chave essencial, e, de certa maneira, conduz a conexão entre carisma, interstício da coalizão e desenvolvimentismo. Cláudia Leitão fora secretária de Cultura do Ceará entre os anos 2003 e 2006, no governo de Lúcio Alcântara, então filiado ao PSDB. Como tal, o quadro de relativa autonomia à coalizão permaneceria interpelado mas agora no cômputo de uma secretaria filiada.

Apostando no caráter novidadeiro da temática, embora já ensaiada no período Gil¹⁵, o MinC reforçaria a relação entre cultura e desenvolvimento econômico, procurando dar ênfase na ampliação da canastra de setores culturais (entre eles, inclusão da moda e do design no escopo de atuação do MinC) e deslocando a importância de atuação no cenário cultural para os setores produtivos. O crescimento da importância desta temática dentro da estrutura do MinC ocorre de maneira mútua e simultânea à redução do espaço do Cultura Viva, tanto do ponto de vista institucional e administrativo quanto do ponto de vista discursivo. É nesse vácuo que, de certa maneira, a nova SEC e sua secretária acabam ocupando o espaço e oferecendo nova referência carismática a agentes e setores culturais.

No ano de 2011, a SEC publica o Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações, 2011 – 2014 (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2011). O texto faz referência à renovação de uma certa capacidade desenvolvimentista nas políticas culturais,

elegendo atores do plano internacional – a UNCTAD (Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento), o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e a UNESCO – e o pensamento de Celso Furtado como seus principais articuladores. Ao se basear no pensamento furtadiano e nas referências à sociedade do conhecimento e às novas tecnologias, o MinC firma o compromisso de “resgatar o que a economia tradicional e os arautos do desenvolvimento moderno descartaram: a criatividade do povo brasileiro” (MINISTÉRIO DA CULTURA, op.cit: p. 13).

As discussões em torno da temática da economia criativa, nos marcos do capitalismo contemporâneo, são por demais extensas para serem plenamente contempladas neste trabalho. Entretanto, cabe sublinhar duas características gerais que, grosso modo, auxiliam a compreender sua emergência no MinC: Por um lado, as políticas públicas que reivindicam pra si a gramática da criatividade – seja na expressão “economia criativa”, atualmente a mais usada no Brasil, como também nas “indústrias criativas”, “trabalho criativo”, “territórios criativos”, entre outras – se apresentam majoritariamente como uma política de ordem econômica, ou melhor dizendo, uma política industrial (ORTELLADO, 2011). Em geral, são promovidas pesquisas focadas no mapeamento e levantamento de dados sobre setores produtivos e de serviços, determinando quais atividades econômicas serão entendidas como “criativas”, e assim identificando tendências, potencialidades e deficiências destes setores; a partir desses mapeamentos, a desenvolvem-se de ações de fomento direto ou indireto; incentivos fiscais; estímulo à formação de arranjos territoriais em torno de alguns segmentos produtivos; adequações nos marcos legais ligados a estes setores produtivos (leis de direito autoral e propriedade intelectual, regulamentações profissionais, taxações e incentivos etc); formação e capacitação de profissionais, gestores e empresários; dentre outras ações com vistas a fortalecer estes setores econômicos identificados como criativos.

A SEC, por sua vez, desenvolveu um trabalho notadamente focado na incorporação da cultura, por meio do léxico da criatividade, nas políticas de desenvolvimento em nível federal. No texto de abertura do Plano, “Por um Brasil Criativo”, a ministra Ana de Hollanda afirma que por meio da SEC, o MinC tem por objetivo “[...] acentuar o compromisso do Plano Nacional de Cultura com o Plano Brasil sem Miséria, através da inclusão produtiva, e com o Plano Brasil Maior, na busca da competitividade e da inovação dos empreendimentos criativos brasileiro”. O Plano da SEC seria, portanto, “um marco para o reposicionamento da cultura como eixo de desenvolvimento do país.” (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2011, p. 7)

Dessa maneira, o trabalho inicial da SEC fora o de costura de uma série de parcerias e diálogos intersetoriais que são apresentados já no próprio texto do Plano, incluindo outras pastas do governo federal, governos estaduais e municipais, Sistema S, entre diversas instâncias públicas e privadas. Este trabalho de articulação se apresentava como um esforço de legitimação da temática da criatividade no campo cultural, tanto no âmbito do poder público, quanto dos demais agentes do setor. A SEC, portanto, assumia a responsabilidade estratégica de reposicionar o MinC – e conseqüentemente, a cultura – dentro do projeto político conduzido pelo governo federal até então.

A opção por esta abordagem teve como ações prioritárias: a constituição de uma Rede de Observatórios de Economia Criativa, distribuídos em oito estados; e na formalização da Rede Criativa Birô, com distribuídas em 13 estados. Além disso, foram desenvolvidas algumas políticas de fomento pontuais por meio de cinco editais: 1) Prêmio Economia Criativa – Edital de Apoio a Estudos e Pesquisas em Economia Criativa; 2) Prêmio Economia Criativa – Edital de Fomento a Iniciativas Empreendedoras e Inovadoras; 3) Edital de Apoio à Formação para Profissionais e Empreendedores Criativos; 4) Edital de Fomento a Incubadoras de Empreendimentos da Economia

Criativa; e 5) Edital Copa – Concurso Cultura 2014. Em meados de 2013, é publicado um “Relatório de Gestão” sistematizando e elencando as demais atividades realizadas pela pasta durante o período de 2011 até agosto desse ano (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2013).

Outra característica geral que auxilia a compreender a emergência da economia criativa pode ser observada a partir dos aspectos estruturais relacionados à emergência destas categorias no cenário das políticas culturais, assim como seus desdobramentos conceituais e discursivos, se faz central. A criatividade surge no contexto das políticas públicas de cultura na última década do século XX, como uma atualização na maneira como o Estado lida com as atividades culturais, a partir do seu viés produtivo e do potencial econômico. Esta mudança está largamente associada à passagem do capitalismo fordista para o pós-fordista. Na esteira dessas alterações estruturais, vão sendo construídas diversas categorias que dão sentido a essas alterações e auxiliam os formuladores das políticas de economia criativa a legitimarem suas intervenções no campo da cultura.

A dimensão requerida da economia criativa pela SEC tem um mérito: reconhece não apenas a dinâmica da produção da cultura atual, mas também o dinamismo da produção popular, em especial o artesanato e as feiras populares. Desta forma, incorpora na centralidade do Plano agentes sociais com competências e capitais muito diversos, trabalhando uma categoria adaptável a situações extremas da produção simbólica, reposicionando a institucionalidade como o espaço de mediação entre diferentes projetos. Obviamente esta mediação tem limites e potências estritas ao universo do desenvolvimentismo, apenas quando incluem estes diferentes sujeitos no âmbito produtivo da cultura.

De certa maneira, a “tradução” brasileira do conceito operada pelo MinC de Ana de Hollanda e pela SEC de Cláudia Leitão também está ancorada na capacidade de nublamento de certas contradi-

ções e de adequação ao modelo mais geral do desenvolvimentismo do período. Ao tentar incorporar formas produtivas muito diversas em sua dinâmica interna, acaba naturalizando características de precarização do universo do trabalho, exaltando padrões de autoempresariamento baseado nas ideias de empresas tipo “one-person-only” mais afeitas aos meios de formalização da figura do Microempreendedor Individual. Se durante décadas muitos intérpretes das políticas culturais no Brasil denunciavam a forma neoliberal de condução de leis de renúncia fiscal, os anos 2010 haviam aproximado-se do modelo flexível do capitalismo em silêncio.

Cabe destacar, entretanto, que a secretaria só vem a ser formalizada dentro da estrutura do MinC mais de um ano após o início da gestão, por meio do Decreto nº 7743 de 31 de maio de 2012¹⁶. É sintomático que a ação anunciada desde a posse da ministra como carro-chefe da gestão¹⁷, mobilizadora de diversos diálogos intersectoriais com ministérios, secretarias e autarquias, além do sistema S, dentre outras instâncias públicas e privadas, estivesse sendo feita sob uma estrutura ainda não plenamente formalizada, o que aponta mais uma vez para o caráter geral de fragilidade na institucionalização de políticas no MinC, em larga medida dependentes da capacidade de articulação carismática de um intelectual em torno de um projeto.

Em meio a uma série de desgastes com alguns segmentos culturais¹⁸ e de esclarecimentos à Controladoria Geral da União¹⁹ e à Comissão de Ética Pública da Presidência²⁰, no mês de agosto de 2012, é vazada na imprensa uma carta entregue pela ministra Ana de Hollanda ao Ministério do Planejamento, onde reclamava da situação orçamentária da pasta, das condições estruturais de equipamentos, e do plano de cargos e salários dos funcionários²¹. Em setembro é confirmada sua exoneração do cargo.

Sua vacância reposiciona, ainda que em breve tempo, a dimensão mais enfática do presidencialismo de coalizão, encontrando amplo

espaço na reconfiguração da gestão do MinC, e sendo ocupada por uma política experimentada nas relações entre Executivo e Legislativo. A escolhida foi a então Senadora Marta Suplicy, ex-Prefeita de São Paulo e ex-Ministra do Turismo do período Lula. Segundo o jornal Folha de São Paulo, o ingresso de Marta deu-se de forma a viabilizar seu apoio à candidatura de Fernando Haddad à prefeitura de São Paulo²².

A gestão de Marta procurou estabelecer na rotina do Ministério certos agendas que marcam sua passagem na prefeitura de São Paulo. Entre elas a construção de 360 unidades de Centros de Artes e Esportes Unificados (CEUs das Artes) – uma atualização das Praças do PAC anunciadas anteriormente pela gestão Ana de Hollanda, baseada nos Centros Educacionais Unificados (CEUs), idealizados na passagem de Marta Suplicy na prefeitura da capital paulista – e a construção de uma pauta de políticas afirmativas na forma de editais. Entre estes, quatro (Edital n. 03, de 19 de novembro de 2012, do Ministério da Cultura, Secretaria do Audiovisual; Edital Prêmio FUNARTE de Arte Negra; Edital de Apoio à Coedição de Livros de Autores Negros; e Edital de Apoio à Pesquisadores Negros) foram suspensos por decisão do juiz José Carlos Madeira, da 5ª Vara da Seção Judiciária Federal no Maranhão, após ação popular movida por um advogado. Posteriormente, os editais foram liberados após decisão da 5ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Em seu discurso de posse, presta as honrarias que fazem prezar os vínculos da coalizão, reconhecendo o mérito do ex-Presidente José Sarney na criação do Ministério, e menção à figura de Celso Furtado, o primeiro Ministro da pasta. Ademais e de forma mais enfática que seus antecessores, recorre aos agradecimentos ao Senado Federal pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição que cria o Sistema Nacional de Cultura, apresentada ainda em 2005, e solicita à Câmara “o mesmo empenho para a aprovação do Vale Cultura”.

Ainda que o Ministério possa ter se tornado um espaço de ajuste nos interesses partidários em intervalos entre eleições municipais e estaduais, a curta passagem de Marta teve no ajuste Executivo-Legislativo sua principal contribuição, indicado pela própria como um dos princípios de seu convite a assumir o MinC²³. O que se veria no curto tempo de sua gestão é grande parte da materialização legislativa que viu-se travada em seus antecessores, o que vem a indicar certa habilidade da ministra no âmbito possível da coalizão.

Entre elas, destacam-se: i) a Lei nº 12.761, de 27 de dezembro de 2012, que institui o Programa de Cultura do Trabalhador, e cria o vale-cultura. Aprovado em tempo curto, o vale-cultura é um instrumento de acesso e fruição de produtos e serviços culturais para trabalhadores com vínculo empregatício que perceba até 5 (cinco) salários mínimos mensais, na forma mensal de R\$ 50,00 (cinquenta reais), ficando 10% do valor a cargo do trabalhador. Uma das políticas estruturantes de ampliação do consumo cultural no Brasil, o projeto excluiu aposentados e servidores, e após seis meses de implementação havia sido incorporado por 215.000 trabalhadores, o que impactava em R\$ 13,7 milhões nas vendas de produtor e bens da cultura. ii) a Lei nº 12.853, de 14 de agosto de 2013, que dispõe sobre a gestão coletiva de direitos autorais, e altera, revoga e acrescenta dispositivos à Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que versa sobre a legislação sobre direitos autorais. A nova lei apresenta um novo conjunto de regras de transparência na gestão coletiva de direitos dos autores, entre elas; a disponibilização de todas as informações sobre contratos e arrecadações ao público; a regulação de mandatos de dirigentes de associações e o detalhamento de seu modelo de governança; a proporcionalidade de taxas de administração em relação ao custo de suas atividades (BRASIL, 2013). iii) A Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014, que institui a Política Nacional de Cultura Viva. A lei define o Cultura Viva como uma política permanente de Estado, manifesto desejo dos des-

tinatários do Programa. O texto enxuto da lei estabelece a “parceria da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios integrantes do Sistema Nacional de Cultura com a sociedade civil no campo da cultura”, reafirma a condição de recebimento de recursos por editais públicos, e estabelece que o “Ministério da Cultura regulamentará as regras de cumprimento do Termo de Compromisso Cultural de que trata este artigo e de prestação de contas simplificada” (BRASIL, 2014), outra demanda dos Pontos de Cultura.

Para além das pautas legislativas, a gestão procurou retomar outras agendas trabalhadas nas gestões anteriores. O Programa Cultura Viva teve como novidade o lançamento de editais para a seleção de pontos de cultura de redes estaduais e municipais – ainda que grande parte dos novos editais lançados seja fruto de aditivos de convênios assinados nas gestões anteriores. Destaca-se também a Portaria MinC nº 118, publicada em dezembro de 2013, formalizando o acúmulo do redesenho do programa que vinha sendo feito em nível federal desde 2011.

No âmbito da economia criativa a secretária Cláudia Leitão é substituída por Marcos André Carvalho, até então Superintendente de Cultura e Sociedade da Secretaria Estadual de Cultura do Rio de Janeiro, em setembro de 2013, e que trazia em seu currículo o desenvolvimento do programa Rio Criativo, primeira incubadora de empreendimentos criativos financiada pelo poder público no país. Marcos André, em seu breve período gestão, tem como histórico a formalização da Rede de Incubadoras Brasil Criativo (atualização da Rede Criativa Birô), com 13 incubadoras distribuídas pelo país; a publicação de editais de fomento e intercâmbio para empreendimentos e profissionais da economia criativa (como o Prêmio Brasil Criativo e o Conexão Cultura Brasil); além dos avanços no programa dos CEUs das Artes.

Os vácuos de carisma então ocupados pela antiga secretária são substituídos pela forma mais consagrada da coalizão e pela execução mais pragmática de programas. No curto tempo de administração de Dilma Rousseff, o MinC apresentou políticas dispersas, contração de execução de programas, alta instabilidade, e diferentes formas de adequação à coalizão majoritária.

5. Notas sobre uma coalizão truncada

Ao cabo do ano de 2014 viu-se mais uma vez como as disputas e tensões relacionadas às formações de coalizões político-partidárias influenciam nos rumos do Ministério. Durante as eleições presidenciais que culminaram na reeleição de Dilma Rousseff, o ex-ministro Juca Ferreira, à época secretário de cultura da cidade de São Paulo, aceita o convite para coordenar o diálogo da campanha com os agentes culturais – escolha essa criticada pela ex-ministra Ana de Hollanda²⁴ em texto divulgado em redes sociais.

Desprestigiada durante o processo, e logo após a reeleição de Dilma, Marta Suplicy torna pública sua saída do cargo e seu consequente retorno ao Senado, através de carta de demissão divulgada à imprensa, onde faz uma espécie de prestação de contas, apontando as vitórias legislativas de sua gestão, e muitas críticas à política econômica do governo federal²⁵.

É neste contexto que é confirmado, ainda na última semana de 2014²⁶, o nome de Juca Ferreira para assumir o Ministério da Cultura no segundo mandato de Dilma Rousseff. Logo em sequência, a senadora Marta Suplicy também divulga texto nas redes sociais com críticas à escolha de Juca, buscando apontar irregularidades em sua gestão anterior. Em meio a essas críticas, sua volta foi comemorada por parcela significativa do campo cultural, especialmente aqueles saudosos da experiência dos anos de governo Lula. Alguns intelectuais e lideranças afirmavam “o MinC de volta para o futuro”.

O retorno de Juca Ferreira ao MinC também está implicado no bojo de mudanças na trajetória da coalizão majoritária. Membro fundador do PV, Juca se filiaria ao PT no início de 2012, período de vasta reorganização de partidos no Brasil. Entre 2011 e 2014, muitos quadros políticos abrem composição de novas legendas, o que precipita uma ampla diáspora de deputados e senadores oposicionistas em direção à base aliada de Dilma Rousseff²⁷. O quadro desta *coalizão de migrações* parece apontar para a formação de um núcleo mais duro de partidos de centro, com alto poder de composição legislativa e influência na distribuição das pastas ministeriais, fidelidade relativa, e pouca aproximação com a temática da cultura. Ensaia conduzir para sua auto-reprodução, independente do cenário que se desdobrará até as disputas de 2018, onde a percepção de crise e estagnação econômica remodela seu lugar de atuação.

O cenário, somado ao início do segundo mandato de Dilma com relações conturbadas entre Legislativo e Executivo, deixam um legado de incerteza para o atual ministro. Ferreira dá os primeiros sinais de como será conduzida a política cultura desta gestão: seu discurso de posse aponta para o avanço em pautas estruturais que dependem diretamente do Congresso, em especial a retomada da reformulação da Lei Rouanet, por meio do projeto do Procultura.

Entretanto, o maior avanço legislativo da história recente do MinC foi capitaneado por Marta Suplicy, uma liderança até então orgânica em seu partido e com profunda relação e conhecimento sobre o legislativo. Ainda que sem intimidade com a questão cultural, possuía manejo para as operações políticas necessárias dentro das coalizões executivo-legislativo.

O perfil autônomo de Juca e a, ainda, pouca organicidade dentro do Partido dos Trabalhadores, complexificam o exposto. Suas primeiras indicações para as secretarias e órgãos ligados ao MinC não apresentam vinculação direta aos partidos da base ou à coalizão. Ao

contrário, as indicações apontam que sua gestão será ancorada no apego carismático e em sua capacidade para o diálogo e a costura de parcerias e projetos comuns com os atores sociais. Mas o tom messiânico emocional que cerca seu retorno constantemente reproduzido na fala dos atores do campo em nada parece materializado na atual conjuntura política.

Nesse ponto, se instaura uma questão complexa a ser resolvida: reunir autonomia político-partidária com os avanços legislativos e estruturais, adequando-se ao panorama orçamentário atual e às expectativas de redução de investimentos públicos no quadriênio. Diante deste universo, parece uma tarefa árdua que o Ministério da Cultura venha a articular os avanços sugeridos, com sua baixa capacidade de influência no jogo do presidencialismo de coalizão neste Congresso recém-eleito. Como tal, é possível que se venha a se avizinhar um cenário onde o apego carismático tenha encontrado seu limite pragmático.

Notas

1. O plebiscito de 21 de abril de 1993 expressou a opção dos brasileiros por manter o regime republicano e o sistema presidencialista.
2. Sobre esta instabilidade, cabe destacar que nos 10 primeiros anos do Ministério da Cultura, que compreende o período desde sua criação, no ano de 1985, até a posse de FHC em 1995, dez ministros ocuparam a pasta da cultura, conforme RUBIM (2012, p. 36).
3. Cf. <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/francisco-weffort>>. Acesso em: 12 fev. 2015.
4. Dentre os quais podemos destacar diversos intelectuais e políticos que passaram pelas fileiras do partido, como os próprios Gilberto Gil e Juca Ferreira, além de Fernando Gabeira, Carlos Minc, Alfredo Sirkis, Sarney Filho, Major Olimpio, entre outros.
5. Cf. <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1712200214.htm>>. Acesso em: 12 fev. 2015.
6. Cf. <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDR54955-6009,00.html>>. Acesso em: 12 fev. 2015.
7. Essencial considerar o caráter não plenamente desenvolvido das tensões entre democracia plebiscitária e democracia parlamentar na obra de Weber. Mas é necessário afirmar a transição no pensamento do autor diante da concretude histórica da República de Weimer. Sobre este fato, opera que o engajamento político e a propulsão teórica da última fase de estudos sobre a sociologia da dominação se construíram sobre um hiato que operou uma obra inacabada (Sell, 2013).
8. Discurso do Ministro Gilberto Gil na solenidade de transmissão do cargo. Disponível em: <http://gilbertogil.com.br/sec_texto.php?id=3&page=2> Acesso em: 12 fev. 2015.
9. Além do já mencionado discurso de posse de Gil, reivindicando a novidade e ruptura que seria o governo Lula, o historiador Célio Turino, à época Secretário da Cidadania Cultural, responsável pela formulação e implemen-

tação do programa afirma que “[...] o Cultura Viva e os Pontos de Cultura só foram possíveis graças ao ambiente social e político que o Brasil viveu a partir da eleição do presidente Lula. [...] Para além das mudanças em políticas públicas houve o componente simbólico, da força moral; as pessoas passaram a acreditar mais em si e perceberam que é possível fazer coisas de um modo diferente, experimentar. [...]” (TURINO, 2009, p.185)

10. O princípio de verticalização partiu de uma interpretação do Tribunal Superior Eleitoral sobre a Lei nº 9.504/97 que disciplina as eleições. A decisão implicava na obrigatoriedade de coligações adotados em âmbito nacional serem reproduzidas em circunscrições estaduais e municipais.

11. Discurso de posse da ministra da Cultura, Ana de Hollanda. Brasília, 02 jan. 2011. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/discursos>> Acesso em 26. jan. 2015

12. *Licenças Creative Commons* é nome dado a um conjunto de licenças de *copyright* desenvolvidas pela instituição sem fins lucrativos também intitulada *Creative Commons*, com o objetivo flexibilizar e abrir novas possibilidades nos usos de obras intelectuais protegidas por direitos autorais. Cf. <<http://www.creativecommons.org.br/as-licencas/>> Acesso em: 26 jan. 2015.

13. A justificativa “técnica” dada pela ministra para a retirada do selo *Creative Commons*, já denota também a alteração da condução do ministério, antes ancorada no carisma e na afinidade programática (ainda que para além das alianças partidárias), agora mais afim às questões técnico-burocráticas, próximas do desenvolvimentismo conduzido em escala federal. “[o creative commons] É uma entidade, uma ONG (organização não governamental), representada no Brasil pela Fundação Getúlio Vargas. E eles trabalham com licenciamento de obras para a internet. Há alguns modelos, e eles facilitam para que sua obra fique disponível para quem vai buscá-la. Nada contra, mas eles não podem ficar na página principal (do site do ministério). [...] Sei que eles não têm fins lucrativos, mas também há muitas ONGs que gostariam de ter seu selo na página do ministério.” Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/cultura/ana-de-hollanda-apressa-projeto-de-reforma-da-lei-do-direito-autoral-2793479>> Acesso em: 12 fev. 2015.

14. Cf. <<http://culturadigital.br/mincnordeste/files/2011/01/BDM260111@.mp3>> Acesso em: 12 fev. 2015.
15. Cf. <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2006-11-26/gil-quer-agilizar-criacao-do-observatorio-internacional-de-economia-da-cultura>> Acesso em: 26 de janeiro de 2015.
16. Até então, a secretária Cláudia Leitão e os demais funcionários estavam formalmente lotados na SID. Este é o mesmo decreto que formaliza a fusão entre SCC e SID, que deu origem a SCDC.
17. Cf. <<http://oglobo.globo.com/politica/ministra-ana-de-hollanda-anuncia-nova-estrutura-da-pasta-aposta-em-olhar-economico-para-cultura-2834145>> Acesso em: 26 de janeiro de 2015.
18. Cf. <<http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,intelectuais-pedem-em-manifestos-saida-de-ana-de-hollanda-do-minc,850225>> Acesso em: 26 de janeiro de 2015.
19. Cf. <<http://exame.abril.com.br/mundo/noticias/cgu-pede-para-ana-de-hollanda-devolver-diarias-2>> Acesso em: 26 de janeiro de 2015.
20. Cf. <<http://www.jb.com.br/pais/noticias/2012/03/26/comissao-de-etica-pede-que-ministra-explique-presente-de-carnaval/>> Acesso em: 26 de janeiro de 2015.
21. Cf. <<http://oglobo.globo.com/cultura/ministra-ana-de-hollanda-critica-estado-da-pasta-de-cultura-5902724>> Acesso em: 26 de janeiro de 2015.
22. Cf. <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2012/09/1151753-planalto-confirma-marta-como-nova-ministra-da-cultura-ela-assume-na-5.shtml>> Acesso em: 26 de janeiro de 2015.
23. Cf. <<http://oglobo.globo.com/cultura/marta-suplicy-ministra-da-cultura-prega-politica-contra-segregacao-6676383>> Acesso em: 26 de janeiro de 2015.
24. Cf. <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2014/09/1511475-ana-de-hollanda-critica-escolha-de-juca-ferreira-para-campanha-de-dilma.shtml>> Acesso em: 26 de janeiro de 2015.

25. Cf. <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/11/marta-suplicy-entrega-carta-de-demissao-ao-palacio-do-planalto.html>> Acesso em: 26 de janeiro de 2015.
26. Cf. <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/12/planalto-anuncia-indicacao-de-juca-ferreira-para-ministro-da-cultura.html>> Acesso em: 26 de janeiro de 2015.
27. Entre os quadros e a recomposição partidária da coalizão destacam-se o ex-Prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab e Katia Abreu, filiados ao novo Partido da Social Democracia (PSD), e Ciro e Cid Gomes, que deixaram o PSB e filiaram-se ao Partido Republicano da Ordem Social (PROS).

Bibliografia

- ABRANCHES, Sérgio. *Presidencialismo de Coalizão: O Dilema Institucional Brasileiro*. In: Dados, vol. 31, nº 1, pp. 5-33, 1988.
- AMORIM NETO, Octavio. *Formação de Gabinetes Ministeriais no Brasil: Coalizão versus Cooptação*. In: Nova Economia, vol. 4, nº 1, pp. 9-34, 1994.
- BARBALHO, Alexandre. *O papel da política e da cultura nas cidades contemporâneas*. In: Políticas Culturais em Revista, 2 (2), p. 1-3, 2009.
- BARBOSA DA SILVA, Frederico A. *Caderno de Políticas Culturais Volume 2 - Política Cultural no Brasil 2002-2006: acompanhamento e análise*. Brasília: Ministério da Cultura, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2007A.
- BARBOSA DA SILVA, Frederico A. *Caderno de Políticas Culturais Volume 3 - Economia e Política Cultural: acesso, emprego e financiamento*. Brasília: Ministério da Cultura, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2007B.
- BOURDIEU, Pierre. Da casa do rei à razão de Estado: um modelo da gênese do campo burocrático. In.: WACQUANT, Loïc. *O mistério do ministério*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.
- CHAUÍ, Marilena. et al. *Política cultural*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.

CORREIA, Ana. *Diversidade cultural no Governo Lula: um olhar para a Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia., 2013.

DOMINGUES, João. *Programa Cultura Viva : políticas culturais para a emancipação das classes populares*. Rio de Janeiro: Luminária Academia/Multifico, 2010.

DOMINGUES, João. *Sete jogos, nenhum índio*. e-metropolis: Revista eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais, v. 5, p. 30-40, 2014.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub & LIMONGI, Fernando. *Bases institucionais do presidencialismo de coalizão*. Lua Nova, n.44, pp. 81-106, 1998.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub & LIMONGI, Fernando. *Executivo e legislativo na nova ordem constitucional*. São Paulo: FGV, 1999.

MINISTÉRIO DA CULTURA. *Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações, 2011 – 2014*, Brasília, DF, 2011. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2011/09/Plano-da-Secretaria-da-Economia-Criativa.pdf>> Acesso em: janeiro de 2015.

_____. *Secretaria da Economia Criativa: Relatório de Gestão – 2011/2012 janeiro a agosto de 2013*. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/documents/10913/950374/Relat%C3%B3rio/32a18e51-0299-483f-9604-96a3e221b0ab>> Acesso em: janeiro de 2015.

ORTELLADO, Pablo. *A economia criativa e a economia social da cultura*. São Paulo, SP, 2011. Disponível em: <<http://www.gpopai.org/ortellado/2011/04/a-economia-criativa-e-a-economia-social-dacultura/>> Acesso em: janeiro de 2015.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. *A Imaginação a Serviço do Brasil: cadernos de políticas culturais*. São Paulo: PT, 2002.

RUBIM, Albino. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In RUBIM, Albino e BARBALHO, Alexandre (orgs). *Políticas Culturais no Brasil*. Coleção Cult. Salvador: EdUFBA, 2007.

SELL, Carlos Eduardo. *A liderança carismática: sobre o caráter político do populismo*. In: Tomo, Aracaju, n. 23, p. 13-44, 2013.

SELL, Carlos Eduardo. *Max Weber: Democracia Parlamentar Ou Plebiscitária?*. In: Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 18, n. 37, p. 137-147, 2010.

SINGER, André. *Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

TURINO, Célio. *Ponto de Cultura: O Brasil de Baixo para Cima*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.

WEBER, Max. *Economia e sociedade*. 3. ed. Brasília: UnB, 1994. v. 1.

Leis

BRASIL. Lei nº 12.761, de 27 de dezembro de 2012. Institui o Programa de Cultura do Trabalhador; cria o vale-cultura; altera as Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, e 7.713, de 22 de dezembro de 1988, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, 2012.

BRASIL. Lei nº 12.853, de 14 de agosto de 2013. Altera os arts. 5º, 68, 97, 98, 99 e 100, acrescenta arts. 98-A, 98-B, 98-C, 99-A, 99-B, 100-A, 100-B e 109-A e revoga o art. 94 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para dispor sobre a gestão coletiva de direitos autorais, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, 2013.

BRASIL. Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014. Institui a Política Nacional de Cultura Viva e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, 2014,